
O TERCEIRO SETOR EM MEIO À LÓGICA DA FINANCEIRIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE CUNHO SOCIAL: desafios e tendências de fontes de recursos

Jonathan Guedes da Silva Ricardo¹

RESUMO

O presente trabalho, sendo a primeira parte de uma pesquisa mais ampla, se propõe a analisar (i) os desafios enfrentados pelo Terceiro Setor em meio a uma lógica de financeirização das questões de cunho social que vêm se intensificando cada vez mais no mundo contemporâneo e (ii) a investigar as novas tendências de fontes de recursos que o setor tem enfrentado dentro do cenário posto. Importante sublinhar que este estudo é desenvolvido pelo Laboratório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (LARES), e que é vinculado ao Instituto de Economia e ao Pontão Economia Viva (todos parte da UFRJ). As metodologias utilizadas foram as entrevistas com gestores de diferentes Pontos de Cultura da cidade do Rio de Janeiro seguindo um questionário que já foi aplicado no ano de 2015, e que está sendo retomado em 2018 para diagnosticar quais os possíveis avanços e/ou retrocessos experimentados, e também revisões de literatura sobre temas fundamentais do Terceiro Setor. Finalmente, e tendo em vista o que foi diagnosticado neste primeiro momento da pesquisa, propor-se-ão alternativas que buscarão acrescentar às políticas existentes uma melhor efetividade de seu funcionamento, dentro de uma lógica menos burocrática e dialogando com o que se propõe em seu próprio escopo: ser de uma filosofia basicamente social, e não de fundamentos dotados da financeirização que vai preenchendo cada vez com mais força os diferentes espaços da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor. Questões sociais. Lógica da financeirização. Pontos de Cultura. Fontes de recursos.

¹ Pesquisador em mapeamento de tendências de fontes de recursos para o Terceiro Setor do Laboratório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (LARES/UFRJ). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com passagem pela Universidad de Guadalajara – Centro Universitario de Los Valles, México. É graduando em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: jonathanguedesricardo@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Quando se falar em Terceiro Setor, não é de se estranhar que muitas pessoas assimilem com ideias de instituições de caridade ou organizações não-governamentais (ONGs), por exemplo. Existem situações, e conversas com algumas pessoas próximas revelaram isso de maneira muito evidente, que inclusive o conceito é associado aos setores da economia, em particular ao chamado setor terciário (setor esse relacionado aos serviços).

O termo começou a ser utilizado nos Estados Unidos na década de 1970, justamente para fazer menção ao “setor” da sociedade civil que se instituiu em organizações e que não recebiam aportes dos governos, mas que tinham como propósito o atendimento de demandas públicas (SMITH, 1991), em particular entre os grupos socialmente mais desfavorecidos.

Crucial trazer a constatação de Vieira (2015, p. 10) quando sublinha que:

A visibilidade deste setor reflete-se no seu papel não só enquanto ator económico, na criação de emprego, na prestação de bens e serviços para satisfazer necessidades, mas também enquanto ator político, na defesa dos direitos dos indivíduos e mudança de políticas, e social, na resposta às necessidades sociais, contribuindo para a inclusão social.

Por outro lado, torna-se medular que se leve em conta que não necessariamente organizações do Terceiro Setor buscarão necessariamente o atendimento de interesses do coletivo. É neste sentido que Ferrarezi (2002, p. 15-16) alerta que “generalizar que o Terceiro Setor tem origem privada e finalidade pública constitui um dos equívocos mais comuns, dado que nele estão abrangidas também organizações que perseguem interesses privados”.

Atualmente, no âmbito das parcerias que se estabelecem entre o poder público e as entidades da sociedade civil, estas últimas desde que desenvolvam ações de caráter público, temos a Lei nº 13.204, de 2015, que:

Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de

2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 (BRASIL, 2015).

A atualização da Lei em 2015, como há de se supor por meio de sua leitura e, por exemplo, dos incentivos que ela traz, busca estimular a sociedade civil no tocante à participação em atividades e ações de interesse social, agregando forças em prol de práticas que contribuam para a inclusão social e para a transformação de uma realidade marcada por desigualdades tão agudas.

Os próprios Pontos de Cultura² são apreendidos a partir dessas perspectivas. O Estado, ao estabelecer laços com essas organizações, está apostando na direção de políticas públicas que possam afetar diretamente a vida de tantas pessoas, das mais diferentes faixas etárias, que estão intrinsecamente nas margens de uma sociedade que se vangloria de sua capacidade de ser avançada, mas que ao mesmo tempo é tão excludente e incapaz de olhar para os lados e para trás.

Esses Pontos de Cultura são amparados pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, uma vez que são fruto e fazem valer aquilo que é proposto no Plano Nacional de Cultura:

O desenho e a implementação de políticas públicas de cultura pressupõem a constante relação entre Estado e sociedade de forma abrangente, levando em conta a complexidade do campo social e suas vinculações com a cultura. Além de apresentar aos poderes públicos suas necessidades e demandas, os cidadãos, criadores, produtores e empreendedores culturais devem assumir responsabilidades na implementação e na avaliação das diretrizes e metas, participando de programas, projetos e ações que visem ao cumprimento do PNC (BRASIL, 2010).

Atualmente, em se tratando da cidade do Rio de Janeiro, são trinta e oito Pontos de Cultura, que recebem repasses financeiros públicos para que o desenvolvimento das ações seja possível. Não obstante, como será visto mais a frente, uma série de burocracias e atrasos nos repasses acabam emperrando os movimentos e os respectivos planejamentos de muitas instituições que dependem exclusivamente dessas transferências para continuar sobrevivendo e garantindo a prestação dos serviços mais básicos aos seus concernentes públicos.

² A partir de agora, toda vez que o termo “pontos” aparecer (como substantivo comum), entenda-se como se referindo aos Pontos de Cultura.

Por outro lado, é de muita satisfação observar seja no interior das favelas ou mesmo no “asfalto” o quanto os jovens têm desempenhado um papel ímpar nesses pontos. Quando a cidadania e a dignidade são levados a toda e qualquer pessoa, como ser humano dotado de direitos que é, o fluxo que se observa é o de sujeitos que se situam e atuam no mundo. E não poderia ser diferente no recorte das gestões dos Pontos de Cultura: em não muito tempo, aquela criança que entra se desenha como um autêntico líder, seja na instituição, seja em sua região.

Finalmente, os Pontões são as instituições que assistem e contribuem, de acordo com suas respectivas finalidades, com os trabalhos de gestão financeira, captação de recursos, redes multimídias e outros, dos Pontos de Cultura. Por meio de encontros periódicos e contatos disponibilizados anteriormente, os pontos têm nessas “super-instituições” uma fundamental base de apoio para as dúvidas e desafios que venham a surgir no interior das gestões.

METODOLOGIA DIAGNÓSTICA

Num Estado e, em particular, num Município fragilizados financeiramente, politicamente e moralmente, em que é o chamado Estado paralelo quem conquista capilaridade, os Pontos de Cultura podem significar, em diferentes medidas, uma das poucas – senão a única – oportunidades que aqueles cidadãos tenham acesso a atividades educativas e culturais em seus locais de moradia. Por outro lado, a realidade nos diz que essas mesmas ações contribuem para que os jovens se distanciem cada vez mais do cotidiano ilícito. Por isso fortalecer os Pontos de Cultura significa fortalecer essa fronteira que salva tantas vidas.

A base metodológica para este estudo inicial se apóia, além da revisão de literatura, na interação com gestores dos pontos, dos Pontões e também – mas de maneira não institucionalizada – com que nos fornecem pistas fundamentais para entender o quanto as ações impactam a vida de indivíduos e, mais, de um coletivo.

Junto de meus companheiros de pesquisa empírica, Ana Paula e Mauricio, iniciamos no mês de agosto de 2018 visitas a alguns pontos da capital fluminense. Fundamental destacar que, por questões éticas, e nenhum momento haverá a identificação das instituições. O intuito aqui é, a partir das respostas e das

conversas que vão sendo permitidas ao longo das visitas técnicas, generalizar algumas questões que se consideram importantes para o debate.

O questionário utilizado como alicerce para que os diagnósticos possam ser feitos, permite que tracemos um panorama geral do perfil dos Pontos de Cultura; os desafios que enfrentam, nos mais diferentes sentidos (financeiro, social, etc.) e quais as projeções e perspectivas para um futuro próximo. Além disso, um dos assuntos principais é de como se dão os repasses públicos previstos pela legislação e quais os obstáculos com relação às fontes de captação de recursos, num cenário em que muitas instituições sentem as consequências de fazerem parte de um modelo que segue a lógica da financeirização das questões sociais.

As perguntas que são feitas neste ano, isto é, em 2018, são as mesmas perguntas de 2015. Ao cruzarmos os dados podemos ver como as percepções anteriores dos temas que, segundo os gestores da época, classificavam como “positivos” e “negativos” estão hoje em dia; ou se as projeções de 2015 realmente conseguiram ser atingidas.

Dentre as principais perguntas feitas, as que este trabalho considera fundamentais, em termos das reflexões teóricas que elas viabilizam, são as seguintes: (i) o histórico da organização; (ii) os motivos que levaram a sua instalação naquela localidade; (iii) a visão, missão e valor que cada uma carrega consigo; (iv) o número de profissionais e de pessoas envolvidas (público-alvo) no projeto/ação; (v) as atividades realizadas por cada ponto; (vi) os projetos que estão sendo tocados, bem como seus objetivos e parceiros; (vii) os meios de divulgação das atividades, até como meio de captar novos doadores e convidar novos interessados em participar, sejam profissionais ou público(s)-alvo(s); (viii) a infraestrutura das instituições, o que inclui equipamentos de tecnologia, materiais de trabalho, mesas e cadeiras, etc.; (ix) fonte dos recursos financeiros dos projetos; (x) a maneira como são feitas as prestações de conta e como está a situação, neste sentido, de cada uma delas ; (xi) o trânsito dos integrantes em outros espaços de formação; (xii) como se dão as avaliações das atividades e dos impactos sociais gerados; (xiii) quais os pontos considerados positivos e negativos, bem como as oportunidades que podem ser aproveitadas; e (xiv) quais os planos e metas para um futuro que se aproxima.

RESULTADOS PRELIMINARES

As conversas com os gestores de alguns Pontos de cultura e com jovens que fazem parte das atividades foram de um valor muito significativo. Demonstram, acima de qualquer coisa, que ao mesmo tempo em que as dificuldades parecem se multiplicar, por outros os resultados são, em sua esmagadora maioria das vezes, muito positivos. Mas este último ponto não deve esconder a evidência de que precisamos avançar, e muito, em termos das políticas públicas, em particular educacionais e culturais, voltadas, dentre outros, para a juventude.

É incoerente e inevitável desenvolver toda uma arquitetura teórica e reflexiva sobre o tema do Terceiro Setor e do engajamento da sociedade civil nas questões sociais sem destacar o papel que os jovens assumem nos diferentes espaços. É um movimento muito interessante de ser analisado com toda a criticidade que o assunto exige: se são os jovens (sobretudo os de classes menos favorecidas e que vivem nas comunidades) um dos principais públicos-alvo das políticas públicas executadas pelas autoridades competentes com as próprias entidades da sociedade civil, por outro os próprios jovens passam a influenciar e debater a efetividade dessas ações e as novas alternativas que podem ser empregadas.

Compreender as particularidades desta parcela da população e promover gestões pensadas especificamente para o atendimento de demandas que lhes são próprias, sempre dialogando com a realidade posta, bem como o cumprimento de seus direitos mais essenciais, são pré-requisitos mínimos para que se construa uma sociedade mais justa, igualitária e em que a inclusão social lhe seja parte constituinte.

Vilutis (2011, p. 112), tendo por base dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, identifica que “[...] o Cultura Viva³ reúne muitos elementos que contribuem para a formulação de uma política cultural de juventude, e isso está expresso nas diretrizes do programa e também se evidencia pela participação transversal que os jovens ocupam nos Pontos de Cultura”. Dando um passo mais a frente, Nunes (2011, p. 6) afirma que “O Ponto de Cultura, caracterizado pelo

³ Política Nacional de Cultura Viva, que está amparado pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2018.

modelo de gestão compartilhada, torna-se elemento de questionamentos desenvolvimentistas e provoca o debate sobre o que nossas políticas públicas compreendem por desenvolvimento”.

Trazer para o debate a pauta juventude e políticas públicas é de uma magnitude incalculável quando se vê uma realidade de contrastes em que é possível notar, por exemplo, que “Em 2017, das 48,5 milhões de pessoas com 15 a 29 anos de idade, 23,0% (11,2 milhões) não trabalhavam nem estudavam ou se qualificavam” (IBGE, 2018). Um aumento, segundo a mesma reportagem, de 5,9% quando comparado com o mesmo público do ano anterior. Isto só prova o longo caminho que o Brasil tem pela frente, já que ao mesmo tempo em que, no tocante à educação, universalizamos o acesso ao ensino médio gratuito com a Lei nº 12.061/2009, por outro lado ainda enfrentamos a questão da permanência e de carências (que impedem um acesso proveitoso ao currículo) que alunos e pais enfrentam, inclusive no Rio de Janeiro, que ostenta o título de segunda economia municipal do país.

O documento da Política Nacional de Juventude brasileira traz que:

É importante destacar que é exatamente pelo fato dos detentores dos direitos de terceira geração serem grupos sociais, sua violação compromete o conjunto da sociedade. Por exemplo, não se pode falar de uma sociedade livre, se as mulheres, as crianças, os negros, os homossexuais ou os jovens são reprimidos ou estereotipados dentro dela (NOVAES; CARA; SILVA, 2006, p. 6).

Voltando nossos olhares especificamente para o roteiro, algumas respostas que foram colocadas foram tão repetidas por diferentes gestores que nos leva a concluir que os problemas não são específicos de um ou outro ponto, mas generalizados e corriqueiros. É o caso dos repasses, cujos relatos de atrasos acabam impactando no pagamento de salários, alugueis e contas mensais que, convenhamos, são vitais para o pleno estabelecimento das instituições.

A própria burocracia é apontada como um entrave tanto para que os repasses sejam feitos como para que essas mesmas verbas sejam recebidas e utilizadas. Burocracia essa que não necessariamente significa demora com eficiência. Casos como o de um relato de um integrante de um pontão, que contou-nos que conhece um gestor de uma instituição que cumpriu todo o edital que visava repasses para o desenvolvimento de atividades de interesse público, mas que, meses depois, a justiça não só considerou o edital com os chamados vícios de

origem como obrigou o ressarcimento aos cofres públicos dos valores transferidos à entidade. O problema era que uma parte considerável já havia sido utilizada para as despesas corriqueiras e a falta de verbas travou novos pagamentos e impossibilitou também o reembolso.

A falta de verba implica também na saída dos profissionais das atividades, deixando muitas turmas sem educadores. Muitos gestores se vêem obrigados a reduzir as propostas de pagamentos, e esses profissionais, em boa parte das vezes, acabam não aceitando por razões múltiplas. Isso acaba gerando uma bola de neve: sem dinheiro em caixa, os profissionais se desligando, o que provoca também a saída do(s)público(s)-alvo e comprometendo drasticamente as ações propostas pelas entidades e minimizado o impacto que elas podem gerar na realidade social e cultural do espaço do qual faz parte.

Formar uma equipe motivada com poucos recursos é um baita esforço. Uma coordenadora de um ponto nos relatou que chegou a ter de oferecer quatrocentos reais para um professor continuar trabalhando com aproximadamente vinte alunos num projeto de educação artística. Alegando despesas e compromissos que precisaria honrar, recusou a oferta.

A realidade social do Estado do Rio de Janeiro também se mostra como um problema, direto ou indireto, para a próxima existência dos pontos. Com a violência atingindo níveis alarmantes, um caso chama muito atenção: o de uma entidade que já sofreu algumas invasões durante a noite, quando não havia ninguém na sede. E isso num dos pontos mais movimentados e conhecidos da capital.

Como se não fosse o bastante, um gestor de uma organização no subúrbio nos relatou que, na região onde se localiza o ponto, há a presença marcante de milicianos. Inclusive todos os vizinhos e demais moradores da rua são obrigados a pagar uma espécie de taxa de segurança (compulsória, diga-se de passagem) ao grupo, e que é cobrada mensalmente. Até o momento, a gestão não é cobrada. Mas não sabe até quando essa “isenção pelo respeito”⁴ seguiria valendo.

A articulação entre os pontos também é outra nota que precisa ser levada em conta pelos que se encarregam de (re)pensar as políticas de incentivo à cultura

⁴ Há uma tendência de respeito às instituições de cunho social que, dentro de regiões dominadas pelo tráfico e/ou milícia, prestam serviços a grupos considerados vulneráveis. Respeito este que engloba também outras instituições, como as igrejas, por exemplo.

em consonância com as instituições. Não é raro de muitas delas possam estar no mesmo bairro ou região e não conheceram o trabalho uma das outras. É fundamental que se incentive e se consolide toda uma rede de comunicação e trocas de experiências entre elas, e os Pontões e as secretarias têm um papel ímpar nesse sentido. É até um paradoxo essa disposição de alguns pontos: tão próximas pela geografia e tão distantes pela comunicação. Articulação é junção de forças para a superação de determinadas situações.

A NEOLIBERALIZAÇÃO DAS QUESTÕES SOCIAIS

Discussões sobre o papel e o tamanho que devem ter os Estados, além da própria polêmica sobre as transferências de recursos públicos para instituições da iniciativa privada para que levem a cabo ações de interesse de um coletivo, são sempre muito intensas e que envolvem muitos interesses e visões de mundo. Argumentos, por exemplo, de que o Estado, sozinho, é incapaz de atender com o mínimo de qualidade as demandas de uma sociedade que vai se complexificando cada vez mais, se contrapõem aos discursos de que é o Estado a fonte que deve controlar e garantir o planejamento e a execução das políticas públicas à sociedade, já que o intuito da iniciativa privada são as ações que garantam retornos num futuro.

Embora admitam o papel que as organizações sociais representam no que se refere à tendência de democratização de ações e políticas voltadas para o público, Silva e Aguiar (2006) também sublinham que interesses corporativos de determinados grupos podem fazer parte das dinâmicas.

Não seria difícil supor que, do ponto de vista de concepções neoliberais, atar as mãos do Estado seja uma prioridade que impedirá a intervenção social deste gigante que se quer *apequenar*. O objetivo é tirar o Estado de cena para que a própria iniciativa privada preencha este espaço, seja no âmbito regulatório e mesmo do produtivo.

A tese que este estudo traz é de que o que se pode observar é uma trajetória social ancorada no próprio sistema econômico: com a fase de expansão e, portanto, de reestruturação do capital, o que se vê é um Estado perdendo espaço no terreno, dentre outros, das políticas públicas e, por outro lado, uma acentuação das desigualdades sociais – onde poucos concentram muito e muitos concentram bem

pouco. Com os níveis de pobreza aumentando, as organizações começam a ser pensadas como uma estratégia de tentar reverter esses números tão alarmantes de uma realidade socialmente desproporcional.

Com essa tentativa de esvaziar o Estado, os discursos que põem brilho ao a que se pode chamar de *empresas-cidadãs* começam a ganhar força. Estas construções que vão se construindo nas entrelinhas e que podem começar de maneira mansa acabam por legitimar todo um pacote de privatizações, dentre outros, das próprias questões sociais. Landim (2002) já observava que o próprio conceito de terceiro setor está distante de ter um significado imparcial.

Por estarem sob a lógica do neoliberal (das metas a serem alcançadas, das filosofias administrativas, etc.), seria interessante se questionar com profundidade e ética quais os interesses podem estar envolvidos e que, a olho nu do primeiro momento, podem passar despercebidos. Aliás, isto parece algo razoável quando se relembra que estamos lidando com recursos públicos. A experiência nos relata ao pé do ouvido que sensatez nunca faz falta, sobretudo porque atendimentos para os mais fragilizados podem rapidamente se transformar em fragilizados atendimentos.

Noutra ponta, o que se vê é que as questões sociais passam a ganhar uma nova roupagem com o processo da reorientação do sistema capitalismo a partir dos anos 1970 e de forma mais intensa com o processo da globalização. Se de um lado a financeirização se difunde, por outro a fome, a miséria e a exclusão social também segue naquele sentido.

É grande o debate sobre as lógicas que norteiam a gestão de instituições do Terceiro Setor. O relato de uma coordenadora de um ponto demonstra a dificuldade de muitos gestores em seguir determinadas políticas “de mercado” quando, na verdade, a proposta deveria ser de uma perspectiva social. Não é demais lembrar, ainda, que diferente de qualquer instituição privada, essas organizações não possuem fins lucrativos.

Ela (a coordenadora), reconhecendo o trabalho árduo da sua equipe administrativa, afirmou que o projeto ganharia, e muito, se esses recursos humanos tivessem tido uma formação voltada, pelo menos em parte, para as políticas do Terceiro Setor, por exemplo. Formada por economistas e administradores, a equipe

tem uma visão muito empresarial que acaba esbarrando tanto nas exigências dos editais como na própria filosofia da instituição.

Para os que podem pensar que é fácil romper com essas lógicas do mercado, a mensagem é: não, trata-se de algo muito complexo. Aliás, muitos dos financiadores exigem contrapartidas que muitas vezes precisam ser levadas em conta em nome da manutenção da própria instituição. A Gestão Social, portanto, se encontra diante de um cenário muito bem descrito por Carvalho e Fadul (2012, p. 156):

Nesse cenário, o caráter político dá lugar ao técnico/burocrático, econômico e administrativo, exigindo práxis de gestão que se aproximam da corporativa e da pública no modelo de gerenciamento, com o desafio de alcançar eficiência sem perder o caráter político.

Este mesmo estudo de Carvalho e Fadul nos leva à conclusão de que quanto mais próximas de um modelo estratégico nos moldes de uma empresa, maior a probabilidade de êxito nas performances das organizações sociais. Avançando um pouco mais, questões como a transparência nas prestações de contas precisam estar na órbita dos órgãos fiscalizadores, pois é possível observar, a título de exemplo, nas conclusões de um estudo sobre prestações de contas deste segmento, com relação ao ITG 2002, que:

A partir dos dados, conclui-se com essa pesquisa que as entidades do terceiro setor, qualificadas como OSCIP, constituídas em forma de associações, cadastradas no Ministério da Justiça, da cidade de Recife, do estado de Pernambuco, quando divulgaram suas prestações de conta, não apresentaram todas as demonstrações contábeis determinadas na ITG 2002, entretanto, obedeceram a norma na troca da nomenclatura de contas, sendo essas: a troca da conta Capital para Patrimônio Social, e Lucros/Prejuízos para Superávit/Déficit e também apresentaram as notas explicativas. Quanto às informações contidas nas notas explicativas, constatou-se que, dos 12 (doze) itens selecionados entre os 14 (catorze) obrigatórios pela ITG 2002, 10 (dez) não constavam em nenhuma das instituições analisadas. (MEDEIROS; VASCONCELOS; SOUZA, 2015, p. 114).

Duarte (2008, p. 61) é energética ao explicar que:

O termo terceiro setor está fundamentado na fragmentação da realidade em setores (“primeiro setor” o Estado, “segundo setor” o mercado e “terceiro setor” a sociedade civil), isolando e autonomizando cada um deles, não apresentando uma visão de totalidade social, como se os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais não tivessem uma íntima inter-relação e imbricamento no conjunto da sociedade. Essa compreensão identifica-se com uma visão liberal e funcionalista da sociedade que retira as reflexões econômicas do Estado e despolitiza o mercado e a sociedade civil; como se fosse possível fragmentar a realidade social.

É visível o inconformismo apresentado por Montaño (2007, p. 54) quando sustenta que “[...] ao considerar o “terceiro setor” como a sociedade civil, historicamente ele deveria aparecer como o “primeiro”. Esta falta de rigor só é desimportante para quem não tiver a história como parâmetro da teoria”. Essa separação por si só já nos revela muito em termos do quanto é fundamental para um projeto neoliberal de sociedade a fragmentação seja de responsabilidades, seja de direitos ou seja da própria formação de sujeitos que atendam a determinados interesses sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo fazer um diagnóstico inicial dos Pontos de Cultura como políticas públicas para o atendimento de direitos considerados básicos por entre grupos com alguma vulnerabilidade social no recorte da cidade do Rio de Janeiro. Não obstante, as discussões que foram sendo tecidas deram conta de focar no quanto o terceiro setor esteve e continua estando vinculado a um projeto neoliberal que busca desestatizar responsabilidades que historicamente foram conquistadas e tornar as políticas públicas meras mercadorias com desenhos muito bem definidos.

Por mais que os gestores e todo o corpo que constitui as organizações vistam a causa social como bandeira exclusiva das ações que vão sendo desenvolvidas, por outro a capacidade de penetrar os diversos espaços que é próprio da lógica do mercado acaba desfigurando muitas das propostas previamente planejadas. Sobretudo se levarmos em conta que metas muitas vezes precisam ser auferidas e determinados propostas precisam passar pelo crivo dos financiadores.

As experiências nos pontos mostraram a este estudo que é acentuado o desafio das instituições em serem fiéis às suas filosofias quando as exigências desconsideram as particularidades e a própria essência dos trabalhos que são desenvolvidos. Por outro lado, outros desafios foram sendo apresentados ao longo deste artigo e que são reflexo de um contexto muito mais comum do que possa parecer a uns e outros pontos de cultura.

No âmbito mais íntimo de cada um deles, é crucial perceber o quanto as ações e políticas impactam a vida de seus públicos-alvo e quais desafios enfrentam

num mundo marcado por acentuadas desigualdades, e num recorte cronológico atual marcado por altos índices de desemprego e de violência que vitima milhares de jovens – principalmente entre homens, negros e pobres.

Aliás, as avaliações desses impactos, mesmo já sendo adotadas de maneira ortodoxa por algumas organizações, ainda despontam muitos debates no âmbito das relações entre Estado e entidades da sociedade civil e também na arena das produções de conhecimento. Teodósio e Resende (1999, p. 6) admitem que:

[...] a dificuldade de construir parâmetros para avaliação de projetos sociais e a persistência de organizações que despertam questionamentos quanto à credibilidade e utilidade de suas ações constituem-se também em obstáculos para o desenvolvimento das organizações sérias e realmente relevantes para a sociedade.

É fundamental, diante de tudo o que foi colocado anteriormente sobre os jovens em particular, encontrar caminhos que levem a uma situação que, ao mesmo tempo em que reduza esses índices extremamente preocupantes, de outro torne possível uma agenda de Estado (e não simplesmente de governo, suscetível a mudanças a curto ou longo prazo) que discuta e priorize a juventude, movendo todos os esforços administrativos e estratégicos que sejam possíveis.

Para tanto, as políticas precisam, antes de qualquer passo, romper com qualquer compromisso que não seja com o coletivo, buscando alternativas que sejam uma resposta firme e direta às realidades (e contradições) impostas, por exemplo, às próprias juventudes (sempre no plural, entendendo a pluralidade dentro de uma tal “juventude” que possa fazer parte de alguns discursos).

Para nosso norte e por sorte que, mesmo diante de um quadro social, político e econômico de retrocessos que atingiu com força, dentro outros, a juventude e as políticas voltadas para este grupo nos últimos anos (inclusive com o congelamento dos gastos públicos nos próximos 20 anos), mesmo assim “[...] essa década de avanços formou muitos quadros jovens políticos qualificados, o que não se apaga facilmente, e os jovens brasileiros têm demonstrado, nas redes e nas ruas, que não aceitam tais retrocessos” (PEREGRINO; PINHEIRO; SOUZA, 2018, p. 149).

Por fim, e deslocando o termo cunhado por Cortella (2011) para o âmbito do Terceiro Setor, é fundamental não se deixar cair naquela concepção do “otimismo ingênuo” que transfere às essas organizações a figura de salvadoras de vidas. Até porque corremos o risco de cair num discurso que pode ser muito bem utilizada pelo

capital para continuar legitimando sua atuação nas questões sociais, dada a tal incapacidade do Estado.

THE THIRD SECTOR IN THE MEANING OF THE LOGIC OF THE FINANCING OF SOCIAL QUESTIONS: challenges and trends in sources of resources

ABSTRACT

The present work, being the first part of a broader research, proposes to analyze (i) the challenges faced by the Third Sector in the midst of a financialisation logic of the social issues that are increasingly intensifying in the contemporary world and (ii) to investigate the new trends of sources of resources that the sector has faced within the scenario set. It's important to emphasize that this study is developed by the Laboratório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (LARES), which is linked to the Instituto de Economia and the Pontão Economia Viva (all part of UFRJ). The methodologies used were the interviews with managers of different Culture Points of the city of Rio de Janeiro following a questionnaire that was already applied in 2015 and is being resumed in 2018 to diagnose the possible advances and / or setbacks experienced, as well as literature reviews on key issues of the Third Sector. Finally, and in view of what was diagnosed in this first moment of the research, alternatives will be proposed that will seek to add to the existing policies a better effectiveness of its operation, within a less bureaucratic logic and in dialogue with what is proposed in its own scope: to be of a basically social philosophy, and not of foundations endowed with the financialization that is increasingly filling the different spaces of society.

KEYWORDS: Third Sector. Social questions. Logic of financialization. Points of Culture. Sources of resources.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

CARVALHO, A. O.; FADUL, E. M. C. Os Fatores Críticos de Sucesso na Gestão de Organizações Não Governamentais. **Administração Pública e Gestão Social. Viçosa**, v. 4, n. 2, p. 148-171, nov. 2012.

CORTELLA, M. S. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DUARTE, J. L. N. A funcionalidade do terceiro setor e das ONGs no capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. *Libertas*. Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 50-72, jan.-jun. 2008.

IBGE (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS). *PNAD Contínua 2017: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

FERRAREZI, E. *OSCIP: Saiba o que são organizações da sociedade civil de interesse público*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

LANDIM, L. «Experiência militante»: histórias das assim chamadas ONGs. *Lusotopie*, v. 1, n. 9, p. 215-239, 2002.

MEDEIROS, P. M.; VASCONCELOS, A. L. F. S.; SOUZA, M. M. M. Prestação de contas aplicada às entidades do terceiro setor: um estudo da conformidade com a ITG 2002. *CAP Accounting and Management*, v. 9, n. 9, p. 102-116, 2015.

MONTAÑO, C. E. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOVAES, R. C. R.; CARA, D. T.; SILVA, D. M. Introdução: Pelos direitos da juventude brasileira. In: NOVAES, R. C. R. et al. (Orgs.). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

NUNES, A. F. Pontos de cultura e os novos paradigmas das políticas públicas culturais: reflexões macro e micro-políticas. In: *II Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

PEREGRINO, M.; PINHEIRO, D.; SOUZA, L. C. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 42, jan-jun. 2018, p. 127-150.

SILVA, E. M. F.; AGUIAR, M. T. Terceiro setor: buscando uma conceituação. In: Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor (CAOTS). Ministério Público de

Minas Gerais. *Manual de referência do diagnóstico do terceiro setor de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ministério Público, 2006.

SMITH, D. H. Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 20, n. 2, p. 137-150, 1991.

TEODÓSIO, A. S. S.; RESENDE, G. A. Estratégias de gestão de recursos humanos no terceiro setor: o desafio do trabalho voluntário. In: *Anais do XII Congresso Latino-Americano de Estratégia da Sociedade Latino-Americana de Estratégia (SLADE)*, 1999, São Paulo.

VIEIRA, T. *Os Papéis das Organizações do Terceiro Setor na resposta aos Problemas Sociais*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, 2015.

VILUTIS, L. Ação Agente Cultura Viva: Contribuições para uma política cultural de juventude. BARBOSA, F.; CALABRE, L. (Orgs.). *Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*. Brasília: IPEA.